



ALGARVE: OS PERIGOS OCULTOS

Os efeitos do tremor de terra ocorrido na madrugada do último dia de Fevereiro passado excepcionalmente duros, na província do Algarve, constituem como que um primeiro aviso público de que «o rei vai nu».

Na verdade, neste apregoado paraíso turístico, neste eldorado dos capitais estrangeiros, neste reino do sol, quase que foi esquecido um velho aforismo popular, especialmente simbólico na faixa do território metropolitano português de clima mais rico e lucrativo: «O Sol quando nasce é para todos.»

Eis as impressões colhidas «in loco» por um nosso redactor.

Geològicamente, digamos assim, a província do Algarve, que ocupa uma área de 500 000 hectares no extremo sul do País, divide-se em três zonas distintas: o areal (faixa de 10 quilómetros contados a partir da costa), o barrocal (zona intermédia caracterizada pela sua terra vermelha) e a serra, que ocupa 350 000 hectares dos 500 000 em que cabe a província, zona inóspita e pobre, por efeito das erosões cada vez mais violentas e contra as quais não existe qualquer protecção.

Evidentemente que o Algarve tão reclamado e por todos conhecido, passado que é o turismo interno das amendoeiras em flor, resume-se àquela primeira e estreita faixa costeira de 10 quilómetros, na verdade excepcionalmente bela e variada, apaixonante do ponto de vista paisagístico (e turístico) a toda a largura do extremo meridional do País. Além disso, essa

faixa dispõe de terrenos riquíssimos, do ponto de vista agrícola, e de uma certa indústria — sobretudo a relacionada com a pesca e conservas — riquezas estas que foram suplantadas e têm sido esquecidas após o surto turístico, depois da aposta feita neste sector nos últimos dez anos.

O «barrocal» é zona intermédia em tudo: geográfica e humanamente. Região essencialmente dedicada à agricultura, para a qual não dispõe de condições ideais, como delas não dispõe para outra qualquer coisa. Terra de gente dos campos e de operários híbridos, que diariamente se deslocam às cidades do litoral para acumular funções na indústria existente, na construção civil também.

Foi esta gente que mais sofreu com o sismo que abalou e encheu de espanto e pânico todo o território nacional da Metrópole, às 3 horas e 45

minutos do dia 28 de Fevereiro que passou.

AS RAZÕES

No Algarve, como em Lisboa e noutras zonas do País, o abalo telúrico atingiu o grau VII-VIII da escala internacional. Todavia, e num tempo de comunicações rápidas e aperfeiçoadíssimas, só 48 horas depois o resto da Nação teve conhecimento aproximado do desastre que atingiu a bela província meridional, aquela que, num espaço tão curto, resume quase toda a nossa maneira de ser e viver, um pouco das nossas grandezas e misérias sócio-económicas: clima mediterrânico puro, a sotavento, clima africano, e clima e culturas de carácter continental, em certas zonas «serrenhas», especialmente na bela região de Monchique.

O alcance do sinistro foi de tal ordem que, deu-nos a entender o governador civil de Faro, pouco faltou para ser declarado o estado de emergência, através da requisição de todas as forças e organismos públicos para socorrer a província.

Contudo, uma primeira verdade recolhemos após termos corrido quase todo o Algarve, sobretudo nas zonas mais fortemente atingidas: não vimos

um único prédio de construção moderna afectado pelo sismo, mesmo os de menor categoria, pequenas e modestas vivendas das aldeias em grande parte destruídas. Por outro lado, as construções «típicas», muitas das quais datam de há centenas de anos, passaram à história. Um estremeção mais forte pôs à vista de toda a gente a verdade inesperada e perigosa que se ocultava atrás da brancura impecável do exterior das paredes: estas eram feitas de pequenos adobes, pedras «farinheiras», terra vermelha e cal, sem consistência nem segurança, tanto mais que assentes em terras igualmente pouco seguras. (Aqueles que se encontram apoiadas sobre rochas — mesmo que «farinheiras» — foram as que menos sofreram.)

Em Vila do Bispo, onde encontramos os destroços mais impressionantes, pela dureza excepcional expressa nas casas aniquiladas, inquirimos junto de um locatário a quem ruíra a casa, pertença, como quase todas as daquela zona, do «patrão», se as habitações iam ser reconstruídas «da mesma maneira». Respondeu-nos: «Não pode ser, até porque já não sabemos fazer estas coisas.»

«Felizmente», pensamos.

AS CONSEQUENCIAS

Faz hoje precisamente oito dias, o Presidente do Conselho deslocou-se ao Algarve, onde visitou, em «missão de simpatia» e no louvável intuito de ver «in loco» as consequências e problemas levantados pelo tremor de terra. E fê-lo, precisamente, à região ocidental, onde os estragos foram mais sensíveis, ao longo da linha sísmica que, partindo de Albufeira, encontra pelo caminho a cidade de Silves, o norte

do concelho de Lagos (Bensafrim e Barão de S. Miguel) e o concelho de Vila do Bispo, com especiais reflexos nesta localidade e no Barão de S. João. Também a Lagoa e as cidades de Portimão e Lagos foram duramente castigadas, acontecendo até que nesta última ocorreu a única morte algarvia em consequência directa do abalo de terra, pois um homem sucumbiu sob os escombros da casa que ruíu. Em Portimão, também um condutor-camionista sofreu graves contusões quando, ao passar numa rua, sobre ele caiu um muro que fora abalado. Na Lagoa, há a lamentar outro acidente grave, pois um indivíduo partiu uma perna, em consequência também da derrocada de um muro. E em Bensafrim, a aldeia mais atingida, no todo, só uma senhora ficou ferida com certa gravidade, pois a derrocada da sua casa atingiu-a quando já estava a sair, com a restante família.

As consequências desastrosas são, portanto e felizmente, mais de ordem material, facto que chega a parecer impossível a quem presencie ao vivo os efeitos, na provincia algarvia, do tremor de terra de 28 de Fevereiro.

No Sotavento, e para lá de alguns estragos produzidos em Olhão e Tavira — sobretudo em igrejas, igualmente construídas há muitos anos — o sismo originou situações mais dramáticas em Castro Marim, onde o pretensio hospital da vila recebeu o golpe final. «Há males que vêm por bem», diz a sabedoria popular. E um habitante da região acrescentou: «Ao menos, deverá ser desta que o hospital vai ter um edifício em condições.»

Como atrás referimos, as igrejas algarvias — algumas são consideradas monumentos nacionais — sofreram duramente. Muitas foram encerradas ao culto, prevendo o governador civil de

Faro, dr. Manuel Esquivel, que durante um certo período de tempo tinha de recorrer-se às missas campais.

SOLIDARIEDADE

A solidariedade nos maus momentos não é palavra vã. Segundo nos disse o governador civil, ela evitou que as autoridades se vissem obrigadas a tomar medidas de excepção imediatas. O regedor de um dos Barões acolheu imediatamente quatro famílias desalojadas em sua própria casa. Em Vila do Bispo, soubemos que o prior da vila ocupou a sua enorme casa com 20 pessoas que ficaram sem lar. Muitas outras recorreram aos préstimos de pessoas amigas e familiares, mesmo que em terras distantes. Em muitos casos, as autoridades tiveram de desalojar à força habitantes que se recusavam a abandonar a residência onde nasceram e julgaram, por certo, inatacável. Isso aconteceu em grande parte das cento e tantas casas rapidamente inspecionadas e sobre as quais pesou o julgamento técnico que as mandou demolir.

Nada menos de 20 famílias de Bensafrim enfrentaram esse problema. Uma foram acolhidas pela Misericórdia de Lagos, outras demandaram terras mais distantes, como Odiáxere, acolhendo-se à protecção de familiares. Ao todo, perto de 120 pessoas.

Bensafrim, aldeia situada a 6 quilómetros de Lagos, constitui um símbolo da tragédia e da sorte do Algarve. Intactas, ficaram somente as poucas



AS RAZÕES

...casas feitas de pequenos adobes, pedras «farinheiras», terra vermelha e cal»

moradias construídas recentemente com materiais modernos. Em certos casos ruíram algumas das paredes exteriores, deixando os aposentos interiores à mostra, com o recheio que tem de ser retirado com cuidados especiais. Outras mantêm exteriormente uma aparência estável mas ruíram no interior. Ruíram também muros, postes de electricidade, uma parte da igreja. As escolas, porém, construídas há poucos anos, aguentaram perfeitamente o abalo.

Dois motivos característicos da arquitectura algarvia — as chaminés e «patibandas» — sofreram autêntica razião em toda a provincia. Nas cidades, vilas e aldeias há uma infinidade de ruas interditas ao trânsito. Nas estradas, é vulgar encontrarmos prédios cercados por cancelas da Junta Autónoma de Estradas e com bandeiras vermelhas nas janelas. Passámos por eles com a certeza de que a vibração produzida pela passagem de um camião pode acabar com a última e pequena resistência que lhes resta.

MEDIDAS DE PROTECÇÃO

Impressionou-nos a calma resignação, quase o optimismo que as populações expressam, passado que foi o momento do pânico. Contudo, o futuro imediato de muita gente continua incerto. Ficou-nos a ideia exacta do tradicional poder de adaptação (e de reacção) do povo a todas as más situações, para as quais se encontra, ao fim e ao cabo e por força de circunstâncias milenárias, consabidamente adaptado.

Chegámos ao Algarve no dia em que o prof. Marcello Caetano visitou a provincia. E acompanhámo-lo nas visitas que fez às terras sinistradas. Para lá da impressão favorável causada por esta visita — que as circunstâncias impuseram — a aldeias que nunca julgaram poder ser honradas com a presença do Chefe do Governo, ela vincou a justiça das intenções em que se baseou: dar um pouco mais de esperança a populações abaladas pela tragédia. Contudo, nem só de esperanças vive o homem. E imperioso que as medidas justas e apropriadas não demorem a sair da teia burocrática que as filtra.

Ao contrário do que aconteceu noutras regiões do País, soubemos que várias câmaras municipais algarvias dispensaram licenças e impostos para as reparações imediatas em prédios atingidos parcialmente. Em várias zonas, por outro lado, brigadas de militares trabalham na demolição e reconstrução de habitações destruídas. Este facto, porém, só é válido para os casos em que o proprietário tem posses para construir com materiais modernos, já que, em princípio, não será autorizado o recurso à construção artesanal. E a maioria dos sinistrados não tem possibilidades de o fazer. Soubemos também



PROF. MARCELLO CAETANO
«Tudo se há-de remediar»

que os serviços de assistência social procedem a um amplo inquérito, para determinar o âmbito e prioridade dos subsídios a conceder, independentemente das facilidades de excepção concedidas pelas Caixas de Previdência ao abrigo de um recente despacho do Ministério das Corporações

Tudo isto, em grande parte, encontra-se condicionado por um projecto, em estudo, que os Serviços de Urbanização preparam, supomos que para reconstruir as povoações em condições de segurança.

Finalmente, informaram-nos que, para solucionar provisoriamente a situação dos desalojados, enquanto estas coisas todas se não resolvem (incluindo a construção de um bairro económico em Vila do Bispo) foram requisitadas casas pré-fabricadas para montar, pelo menos, na povoação-mártir de Bensafirim.

CONCLUSOES E CONSIDERAÇÕES

Esperamos convictamente que este acidente, em que o irremediável foi largamente vencido, já que as vidas foram poupadas, sirva para atrair os cuidados que se impõem das autoridades competentes, que devem enfrentar a verdade cientificamente comprovada: o Algarve é uma provincia altamente sísmica, com diversas outras regiões do País, e tudo deve ser feito de acordo com este facto: tanto no aspecto urbanístico como no da preparação das pessoas para enfrentar o fenómeno. Este aspecto tem tanta importância — ou mais — do que o necessário e urgente povoamento florestal das decrepitas serras da provincia, por um lado, e do que o apro-

veitamento agrícola, industrial e turístico, por outro.

Tanto quanto pudemos verificar, «in loco», confirmou-se o conceito de que os humildes são os mais desprotegidos. Na verdade, o turismo nada perdeu, talvez até tenha ganho mais uns tantos clientes. O turismo algarvio é cada vez mais um turismo para gente rica, que frequenta as grandes unidades hoteleiras, os aglomerados próprios que se multiplicam e que, pelo menos, são edificados com protecção anti-sísmica. Nesta altura do ano, as amendoiras perdem as últimas flores, mas o sol já é quente e os estrangeiros — sobretudo os ingleses, que «descobriram» as delícias locais, já movimentam o Algarve. Os homens de negócios, os construtores, também. Eles apostam no futuro da provincia, esperando a solução de tantos problemas essenciais, como um abastecimento próprio e capaz de produtos agro-pecuários, a melhoria e completamente das redes sanitárias, eléctricas, de fornecimento de água.

Os industriais de conservas vêem os mercados fugir-lhes, enquanto esperam solução para a escassez da sardinha, que fugiu das nossas costas, para tão longe que os nossos barcos actuais as não podem ir buscar. Negociantes ingleses e alemães travam conversações para que o Sotavento algarvio lhes forneça frutas e legumes durante todo o ano, enquanto os técnicos das explorações agrícolas e florestais fazem contas muito preocupadas sobre a maneira de diminuir os infundáveis 150 anos previstos pelo plano oficial para salvar da esterilidade absoluta a serra do Caldeirão.

Trata-se, contudo, de problemas de gabinete, a muitas léguas de distân-



À LUZ DO DIA

Um estremeção mais forte violou uma intimidade de dezenas de anos

cia da problemática imediata dos humildes a quem o sismo não poupou, e que têm de viver o dia a dia que os acasos da sorte lhes matiza. Trabalhar nos campos, na serra, na indústria e na construção civil, simultaneamente, é problema que esta gente afável e laboriosa resolve com os próprios meios. Mas enfrentar uma catástrofe colectiva e inesperada pode ultrapassar as suas possibilidades. É mister, portanto, que se olhe também para eles — e por eles. No presente e no futuro, já que a sociedade só pode ser entendida em evolução permanente e no sentido positivo.

ASSISTÊNCIA

«Política hospitalar»

O tremor de terra da madrugada de 28 de Fevereiro apenas acelerou o processo: a ruína de certos sectores do Hospital de S. José era já uma velha evidência que milhares de testemunhos sublinhavam. O antigo colégio de jesuítas, chamado de Santo Antão — a propósito: que foi feito da famosa biblioteca, uma das mais valiosas do País, que se encontrava, acumulada, em pilhas, na igreja do hospital? era — e é — apenas uma distorção em instalações hospitalares, tanto ou mais quanto havia sido um convento (ou colégio) sumptuoso.

O hospital tem uma capacidade de 1100 camas; o sismo abalou as suas

velhas paredes, de considerável espessura, e outro remédio não houve que dar 992 altas a doentes. Remetemos o leitor para os números que indicamos.

«Nesta altura, o Hospital de S. José mostra o que pode valer» — afirmou o dr. Lima das Neves, Referia-se, porém, ao esforço de todo o pessoal que ali presta serviço, quando da remoção dos doentes. Apenas a isto.

Situado no último andar do edifício principal, o sector 9 era o de piores condições. Ali, os doentes, como afirmou o enfermeiro-mor, dr. Carlos George, sofriam, além da ameaça a que estavam expostos, constantes desidratações. No Verão, os doentes eram «contemplados» com temperaturas que ultrapassavam, por vezes, os 40 graus centígrados. E, no Inverno, o frio intenso aumentava-lhes os sofrimentos.

Todo este bloco foi evacuado visto terem-se agravado as suas já precárias condições de segurança e não oferecer, já, o mínimo de condições para ali se alojarem doentes. Será caso que alguma vez essas condições existiram? As paredes têm fendas profundas e a cal caiu, deixando à mostra as velhas estruturas de tabiques de madeira. Em alguns pontos os desmoronamentos parecem ainda iminentes.

No primeiro piso, deu-se igual tipo de derrocada, só não agravado pelo facto de, no andar superior, ter sido recentemente evacuada uma enfermaria onde se encontravam 54 doentes. Enfim, milhares de doentes aguardam vez de hospitalização, mas

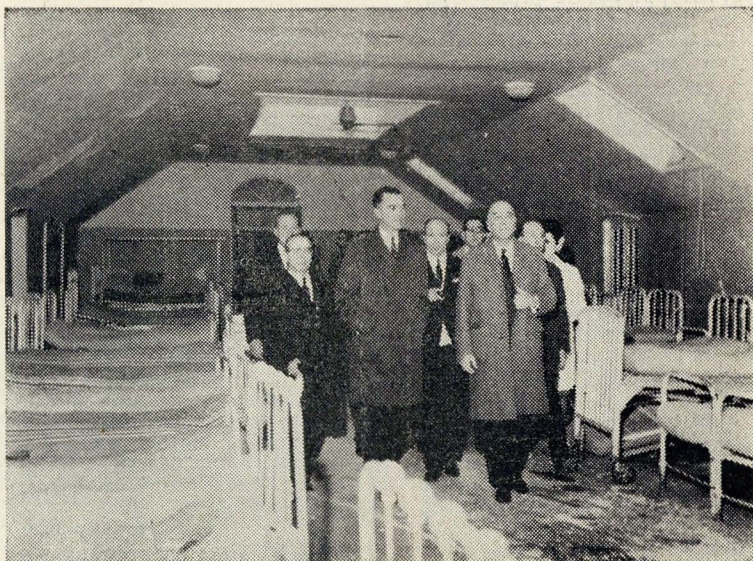
as enfermarias despejam-se por ausência completa de condições.

A sala de operações do sector 9 está, também, praticamente destruída, encontrando-se em estudo o aproveitamento dos materiais ali existentes e a sua eventual recuperação como medida de emergência.

Passemos adiante do «famoso» banco do hospital — uma espécie de pronto-socorro — onde os doentes esperavam — e não esperam agora? — empilhados nos corredores, a vez de serem atendidos.

Dias depois, o ministro das Obras Públicas apreciou as enfermarias que foram danificadas pelo sismo, nomeadamente os serviços 3, 5 e 9 de onde foram evacuados, para outros hospitais, 377 doentes. O eng. Rui Sanches prometeu tomar rápidas providências, e o titular da pasta da Saúde e Assistência afirmou, em nota enviada à Imprensa que: «Não corresponde perfeitamente à verdade o que se tem divulgado quanto ao futuro do Hospital de S. José. Brevemente o ministério da Saúde e Assistência publicará uma nota sobre «Política Hospitalar», em que serão definidas as linhas orientadoras quanto à planificação deste sector.»

Na mesma nota, o ministro Cancela de Abreu explica: «A alta e a transferência de cerca de 1000 enfermos fez-se com uma ordem e desvelo que merecem ser realçados.» Para isso muito contribuiu a acção extraordinária do pessoal dos Hospitais Cívics de Lisboa — cujos principais responsáveis estavam no seu posto poucos minutos depois do sismo —, o admirável auxílio do Exército que, uma vez solicitado,



O hospital de S. José preocupa, também, as autoridades governamentais

compareceu rápida e ordenadamente com 20 ambulâncias e 10 veículos pesados de transporte, e a devoção e actuação das senhoras voluntárias, que habitualmente trabalham nos hospitais de Lisboa em funções de amparo moral e social, e que se apresentaram quase em massa »

Ainda o que nos vale são os pios costumes, sempre solícitos à oferta de um maço de cigarros, de uma imagem de Santo, de uns pacotes de rebuçados e de uma bela promessa de céu garantido, para além da conhecida solicitude da nossa gente. Questão de idiosincrasia!

Entretanto, durante estes dias pós-sismo, muitos foram de certeza os sinistrados que necessitaram de hospitalização.

DIFICULDADES

Enfim, quem pode desconhecer a acuidade dos problemas hospitalares no nosso País? Quem desconhece as dificuldades com que vivem as Misericórdias? E quem desconhece que só no Porto, onde o Hospital Geral de Santo António é uma réplica condigna ao hospital de S. José, Coimbra e Lisboa, os doentes mais graves, de qualquer recanto do País, podem ser tratados? Quem desconhece, afinal, as dificuldades que sempre surgem para que o internamento hospitalar seja possível? Neste aspecto o sismo veio só acelerar ou trazer à superfície um longo processo, que é dos mais dolorosos do nosso contexto social. E esqueçamos, propositadamente, a ausência quase completa de uma medicina preventiva, hoje generalizada em qualquer nação.

Referiu o dr. Santos Bessa, na Assembleia Nacional: «Daqui em diante, em vez do colóquio singular, do binómio médico-doente, havemos de ter essencialmente o trabalho de grupo, a colaboração de vários médicos com preparação diferenciada. E é para a preparação deste novo tipo de médico que temos de olhar, na execução de uma política da saúde eficaz e oportuna. Isto há-de ser obra da reforma do ensino médico e da reforma dos nossos hospitais. Assim o impõem não só a moderna estrutura da população, mas também a evolução dos conhecimentos científicos, as novas técnicas de actuação médica e a protecção médico-social. Quanto mais tarde se fizerem mais graves serão para nós as consequências. Manter por muito tempo o que aí está, será persistir naquilo a que um ilustre mestre de medicina já chamou «medicina artesanal» e será dano grave para a economia e para o progresso da Nação.»

Estamos, aqui, frente à outra face do problema. E evidente que para haver uma política hospitalar é necessário haver hospitais e para que as reformas abranjam a estrutura hospitalar e a saúde pública nos seus vários sec-

tores é preciso que a nossa organização económico-social se ajuste, sem demoras, às condições de existência que deve desfrutar todo o cidadão.

RELIGIÃO

O Cardeal e a Igreja

Durante a segunda reunião do Conselho Presbiteral do Patriarcado, em que participaram cerca de 35 bispos, cônego e sacerdotes, S. E. o Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, pronunciou uma homilia sobre «A crise da igreja». Discursando, disse S. E. o Cardeal Cerejeira,

«A expressão de «crise da Igreja» tem feito fortuna. Crise verdadeira da Igreja, ou antes fenómeno agudo da contestação na perpétua renovação da Igreja? As dores da renovação da Igreja no mundo de hoje, ou a violência externa do mundo de hoje irrompendo na Igreja? Crise adolescente de crescimento, ou desorientação da fé na Babel da incerteza e da confusão dos espíritos?»

Colocadas essas perguntas, S. E. o Cardeal-Patriarca debruçou-se sobre o problema da contestação no seio da Igreja, afirmando:

«Mas não há que negar a contestação tenha lugar aqui, dada a situação da mente e do coração contemporâneos. Valores novos, nascidos ao calor do Evangelho, constituem património da consciência moderna e requerem da parte da Igreja, em certos aspectos, contêgências das suas estruturas, certas acomodações apropriadas, na linha vital da sua existência histórica, o que aliás o Concílio Vaticano II teve em vista. Tais, por exemplo, o sentido da dignidade humana, da personalidade, da autonomia individual, da responsabilidade, os quais sofreriam mal uma autoridade discricionária, absoluta, como uma obediência passiva e irresponsável; e uma sensibilidade mais viva à verdade nua, à autenticidade, à simplicidade, para a qual o fausto, a riqueza, a pompa pareceriam contra-sinais evangélicos.»

Mais adiante, disse D. Manuel Gonçalves Cerejeira:

«É dramática a luta apostólica do Vigário de Cristo para assegurar a renovação autêntica da Igreja segundo a letra e o espírito do Concílio, contra as duas tendências extremas: a integrista que identifica a Igreja com aspectos accidentais das suas estruturas, e confunde a tradição com cristalização de fórmulas teológicas e espirituais e a progressista, que se põe de joelhos pe-

rante o mundo» (a frase é de J. Maritain), se embriaga com o mito da novidade (o Papa, na audiência de 15 de Janeiro, afirmou: «A presente geração está como embriagada por esta transformação, que abrange tudo»), e abandona o verdadeiro sentido da tradição, a experiência profética e episcopal do Evangelho vivida no corpo inteiro da Igreja.

«Enviada ao mundo mas não sendo do mundo nem a sua existência nem a sua vida, dirá o p.º Congar, a Igreja não pode ser nem flutuante, como o mundo, no rio do tempo, que altera tudo, nem petrificada num isolamento fora do mundo e da História» (La Croix, 24 2. 1967).»

A contestação deve existir, sim, de acordo com S. E. o Cardeal-Patriarca, mas no seio da Igreja:

«Ensina o Concílio como a contestação deve ser feita na Igreja. «Manifestem (os fiéis aos Sagrados Pastores) as suas necessidades e desejos, com a liberdade e confiança própria de filhos de Deus e irmãos em Cristo. Seguindo a ciência, competência e prestígio que possuem, têm a faculdade, às vezes até o dever de manifestar o seu parecer; no que se refere ao bem da Igreja»; faça-se isto, se as circunstâncias o requerem, através de órgãos estabelecidos pela Igreja para o efeito, e sempre com verdade, fortaleza e prudência, e mostrando respeito e caridade com aqueles que, por motivo do seu ofício sagrado, fazem as vezes de Cristo.»

A terminar, S. E. o Cardeal-Patriarca lançou um apelo ao Presbitério:

«Num grito de alma, apelamos para que o nosso Presbitério, fiel e estreitamente unido ao seu bispo, sem o qual não tem existência, faça nascer o Senhor no meio de nós, de tal sorte que os fiéis vejam na Igreja, não a nós, mas a Ele. Tudo o que destrói esta unidade destrói a Cristo, na forte expressão do Apóstolo que o Senhor amou. E quem diz amá-Lo e não observa a Sua palavra — mente.»

PESCA

Diminui a produção, aumentam os preços

O Grémio dos Armadores de Pesca da Sardinha tornou pública a informação dos quantitativos de pesca da sardinha e outras espécies miúdas, verificado de Janeiro a Novembro de 1968 nas lotas metropolitanas. Estes dados vieram confirmar a situação de crise deste sector da produção durante o ano de 1968. Os dados fornecidos apenas abrangem Janeiro a Novembro mas, quando comparados com as produções do mesmo período de 1967, esclarecem a flutuação da produção, principalmente no que refere à sardi-